

XXVII CONFERÊNCIA ANUAL



3 outubro



ASEL

ASSOCIAÇÃO DE SUPERVISORES
DE SEGUROS LUSÓFONOS

Encontro de Lisboa

Os desafios das cidades num tempo de mudanças

Intervenção do Eng. António Carmona Rodrigues

Presidente da Fundação Cidade de Lisboa

Lisboa, 3 de outubro de 2023

Auditório 3, Fundação Calouste Gulbenkian

Exma. Senhora Dra. Margarida Corrêa de Aguiar,

Presidente do Conselho de Administração da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), a quem endereço os meus sinceros agradecimentos pelo amável convite para participar nesta Conferência como *Guest Speaker*, o que muito me sensibilizou e muito me honra.

Gostaria também de cumprimentar todos os presentes, com uma palavra especial aos provenientes de outros países que se deslocaram até Lisboa, em particular os membros do Corpo Diplomático.

A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) realiza este ano a XXVII Conferência Anual da ASEL – Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos.

Nesta conferência, serão abordados diversos temas, tais como a sinistralidade automóvel, a micromobilidade ou ainda a prevenção de riscos e do desenvolvimento sustentável.

De alguma forma, são temas que estão muito presentes na vida das cidades e das áreas metropolitanas. Foi por isso que, tendo tido toda a liberdade para a escolha do que seria a minha intervenção, entendi partilhar convosco algumas reflexões que têm estado no centro da minha actividade, das minhas preocupações e do meu interesse.

XXVII CONFERÊNCIA ANUAL



3 outubro



ASEL

ASSOCIAÇÃO DE SUPERVISORES
DE SEGUROS LUSÓFONOS

Encontro de Lisboa

A primeira reflexão prende-se com a **evolução demográfica**.

O número de pessoas que vivem dentro e em redor das cidades está a aumentar constantemente. Na maioria dos casos, este rápido crescimento urbano é apenas demográfico, uma vez que não é acompanhado por um ritmo semelhante de transformação das infra-estruturas (transporte, água, electricidade, gás, etc.) e dos equipamentos públicos (escolas, centros de saúde, etc.).

Por outro lado, constata-se que o aumento da população, a nível mundial, se verifica principalmente junto às zonas costeiras, numa faixa de aproximadamente 20 km ao longo das linhas de costa. Mesmo em Portugal podemos verificar que cerca de 80% da população reside nessa faixa desde Braga até Setúbal.

Este fenómeno de "**Litoralização**" da população em direção às zonas costeiras traz consigo diversos problemas, como por exemplo os problemas de mobilidade e transportes, de habitação ou mesmo o agravamento do problema de abastecimento de água.

Paradoxalmente, assiste-se ao risco da subida do nível médio da água do mar, que já se faz sentir em alguns países, e que agravará, e muito, as condições de vida de quem vive nestas faixas costeiras.

Veja-se, por exemplo, o caso de Jakarta, capital da Indonésia, a que adiante me referirei.

A demografia e a situação económica global são, pois, dois factos que podem deteriorar a situação actual e causar sérios problemas a milhões de pessoas.

Segundo as Nações Unidas, mais de 50% da população mundial vive, desde 2007, em áreas urbanas, muitas delas localizadas em zonas costeiras.

Existem actualmente 34 cidades em todo o mundo com mais de 10 milhões de habitantes. A maioria destas chamadas megacidades está situada na Ásia (21), na América Latina (6) ou em África (3).

XXVII CONFERÊNCIA ANUAL



3 outubro



ASEL

ASSOCIAÇÃO DE SUPERVISORES
DE SEGUROS LUSÓFONOS

Encontro de Lisboa

Em 2010 eram **só** 26 cidades.

Em 1800: apenas 3% da população mundial vivia em cidades.

No final do século XX: subia para 47%.

Em 2022: 56% da população mundial vivia em cidades.

Em 2011 a população mundial atingiu 7 bilhões de pessoas.

Em 1950, havia 83 cidades com população superior a 1 milhão de pessoas

Em 2022, atingiu 560.

Hoje existem 10 cidades com população superior a 20 milhões de pessoas

A população urbana é hoje de cerca de 4,4 bilhões de pessoas

As Nações Unidas estimam que em 2030 serão 5,0 mil milhões

(ou seja, 3 em cada 5 pessoas viverão em cidades) - Amanhã!

Os objectivos do milénio

Em setembro de 2000, chefes de Estado e de governo de 189 Estados Membros das Nações Unidas aprovaram a Declaração do Milénio comprometendo-se a combater a pobreza e a fome, a desigualdade de género, a degradação ambiental e o VIH/SIDA e simultaneamente a melhorar o acesso à educação, aos cuidados de saúde e à água potável, até 2015.

XXVII CONFERÊNCIA ANUAL



3 outubro



ASEL

ASSOCIAÇÃO DE SUPERVISORES
DE SEGUROS LUSÓFONOS

Encontro de Lisboa

Passados 23 anos desde 2000, e 8 anos desde 2015, o balanço está longe de ser positivo:

- A pobreza extrema e a fome não foram erradicadas (1)
- O ensino primário universal não foi alcançado (2)
- Foi promovida a igualdade de género e a autonomização da mulher em alguns países, mas está longe de se ter conseguido atingir (3)
- Garantir a sustentabilidade ambiental: muito foi feito, mas ainda se está muito longe (7)
- Criar uma parceria global para o desenvolvimento (8): não conseguido.

Os assuntos relacionados com a **Água** surgem cada vez mais como uma fonte de grande preocupação um pouco por todo o mundo, e mesmo em Portugal. O aumento das necessidades, a par de um padrão de disponibilidades que mostra grandes incerteza face ao passado não muito distante, tem conduzido a frequentes situações de seca e de escassez. Para além disso, os fenómenos de cheias têm aumentado, tanto em frequência como em intensidade. Nas cidades e áreas metropolitanas, o crescimento urbano tem em muitos casos contribuído para agravar estas situações devido a falta de planeamento ou de capacidade de resposta.

Alguns factos (ONU):

- O consumo de água aumentou 6 vezes no último século – mais do dobro do aumento da população.
- Nos chamados países desenvolvidos cada pessoa utiliza 500 a 800 litros de água por dia e nos chamados países em desenvolvimento 60 a 150 litros; Uma criança nascida no mundo dito desenvolvido utiliza 40 vezes mais água do que outra nascida no mundo dito em desenvolvimento.
- Mais de 6.000 crianças morrem todos os dias devido a doenças relacionadas com a água (diarreia, giardíase, disenteria, febre tifóide, infecção por E.Coli e salmonelose).
- Mais de 250 milhões de pessoas são afectadas todos os anos por doenças relacionadas com a água (o que implica a ocupação de metade da capacidade de camas hospitalares)

XXVII CONFERÊNCIA ANUAL



3 outubro



ASEL

ASSOCIAÇÃO DE SUPERVISORES
DE SEGUROS LUSÓFONOS

Encontro de Lisboa

- Cerca de 70% da água disponível é utilizada na agricultura.
- A água captada para rega aumentou mais de 60% desde 1960.

Para além disso, a interdependência energética é muito significativa e deverá intensificar-se rapidamente tendo em conta as necessidades de água no sector da energia e as necessidades de energia no sector da água.

Outros problemas relacionados com o uso da água:

Subsidiência.

A sobre-exploração de aquíferos pode fazer com que a terra afunde.

A capital da Indonésia está a afundar-se. Áreas do norte de Jacarta, estão a baixar cerca de 25 cm por ano, devido à subsidiência. A cidade não consegue canalizar água potável suficiente, tendo como consequência que os habitantes de Jacarta dependem em grande parte de poços que extraem água de aquíferos, levando ao colapso da terra que se situa por cima.

A Indonésia tem planos muito ambiciosos para transferir a sua capital de Jacarta para Nusantara, em Kalimantan Oriental. A medida, prevista para ocorrer até 2045, faz parte do plano do presidente indonésio, Joko Widodo, para distribuir a actividade económica por todo o país e reduzir a população da capital e o congestionamento do tráfego.

NOTA: na antiga Grécia dizia Aristóteles que as cidades não deviam ser nem muito grandes, nem muito pequenas. Não deviam ser muito pequenas, porque senão não tinham capacidade de se defender. Mas também não deviam ser muito grandes, porque senão não se conhecia bem em quem se votava...

XXVII CONFERÊNCIA ANUAL



3 outubro



ASEL

ASSOCIAÇÃO DE SUPERVISORES
DE SEGUROS LUSÓFONOS

Encontro de Lisboa

Cheias em meios urbanos, subida do nível da água do mar

- O fenómeno das cheias em zonas urbanas é cada vez mais frequente e mais intenso.
- Têm surgido episódios em zonas onde tal nunca tinha ocorrido com tanta intensidade.
Exemplo: Inundações no oeste da Alemanha, rio Ahr, Julho de 2021.
- Exemplo de desvio de curso de água: – Rio Turia, Valência
- Exemplo de Bacias de retenção de caudais
- Elevação das construções (palafíticas)
- Ocupações permanentes no leito maior - AUGI's
- PGDL – Plano Geral de Drenagem de Lisboa

Incerteza

Podemos dizer que hoje uma maior incerteza resultante das mudanças em curso:

- Mudanças climáticas, mas não só:
- Mudanças populacionais e demográficas
- Mudanças tecnológicas,
 - com a evolução do digital, cada vez mais presente
 - com a inteligência artificial
- Mudanças culturais

A esta incerteza está intimamente associada à questão do risco ou à resiliência (resiliência das cidades e dos sistemas).

Risco

No contexto das alterações climáticas, o IPCC (AR5, 2014) define risco como o dano potencial que resulta quando algo com valor humano pode ser afetado ou destruído, embora haja incerteza associada ao resultado final. Muitas vezes o risco é representado pelo produto da probabilidade de ocorrência de eventos ou tendências com consequências potencialmente perigosas pelo valor estimado dos danos associados a essas consequências, caso ocorram.

XXVII CONFERÊNCIA ANUAL



3 outubro



ASEL

ASSOCIAÇÃO DE SUPERVISORES
DE SEGUROS LUSÓFONOS

Encontro de Lisboa

Resiliência

Capacidade de um sistema socio-ecológico lidar com um acontecimento grave ou uma perturbação, respondendo ou reorganizando-se de forma a assegurar a sua função, identidade e estrutura essenciais, mantendo a capacidade de adaptação, aprendizagem e transformação.

Esta situação de incerteza e de risco conduz necessariamente à necessidade de um planeamento mais dinâmico e mais pró-activo, e ao mesmo tempo mais participado.

De alguma forma, a designação de **sustentabilidade**, ou de desenvolvimento sustentável, tem de incorporar estes aspectos, não perdendo de vista as principais dimensões que compõem a sustentabilidade: as dimensões económica, ambiental e social.

Como se atinge a sustentabilidade? Um pouco como a perfeição artística.

Conta-se que terão perguntado um dia a Miguel Ângelo como tinha conseguido fazer uma estátua tão grande e tão perfeita como a de David. Ao que ele terá respondido: “pega-se na pedra bruta que se retira da pedreira e vai-se retirando tudo o que está a mais...”.

O exemplo de Jakarta, a que podemos associar outros casos, como por exemplo a cidade do México, parecem sugerir que a sustentabilidade das cidades está de alguma forma associada à sua escala.

Para cada escala tem de haver um objectivo mensurável e atingível de desenvolvimento e de qualidade de vida com respeito pelas três dimensões referidas: social, ambiental e económica. O que obriga a um modelo de governação adequado, fundado no princípio do respeito democrático, na responsabilidade inter-geracional, no planeamento e no compromisso. A importância das áreas metropolitanas que se desenvolveram em redor das grandes cidades terão, por sua vez, de possuir uma legitimidade e de prosseguir uma orientação estratégica que traduza as ambições e as expectativas de todos os habitantes.

XXVII CONFERÊNCIA ANUAL



3 outubro



ASEL

ASSOCIAÇÃO DE SUPERVISORES
DE SEGUROS LUSÓFONOS

Encontro de Lisboa

A este respeito, é interessante rever a chamada *Ley de Capitalidad y de Régimen Especial de Madrid*, de 2006:

Madrid es la capital del Estado según el artículo 5 de la Constitución. Y es, en términos demográficos, la ciudad más poblada de España, centro de una extensa área metropolitana: en ella residen algo más de tres millones de personas, sin contar los otros cientos de miles que transitan diariamente por la ciudad. Estas singularidades, tanto institucionales como sociales, se encuentran estrechamente entrelazadas: la realidad de Madrid como gran ciudad es indisociable de su condición de capital del Estado.

Las singularidades de Madrid reclaman un tratamiento legal especial que haga posible un gobierno municipal eficaz. Ese es el objeto de la presente Ley. Con ese fin se aborda un tratamiento integrado de los distintos factores que singularizan a Madrid, tanto de los que derivan de su condición capitalina como de los que provienen de su condición de gran ciudad.

...

Así, en materia de infraestructuras, se reconoce la participación del Ayuntamiento de Madrid en aquéllas cuya titularidad corresponda a la Administración General del Estado y estén ubicadas en su término municipal.

Um aspecto fundamental é a capacidade de planeamento integrado dos sistemas de transportes nas grandes cidades. Bem sei que a palavra “integração” é de inclusão quase obrigatória neste tipo de reflexões, ou noutros documentos bem mais responsáveis, mas a experiência tem demonstrado que é também um dos desígnios mais difíceis de se conseguir atingir.

O problema dos transportes está intimamente relacionado com o da habitação.

Quanto mais pessoas forem expulsas das cidades, por razões económicas, tendo tantas vezes como consequência a falta de condições em conseguir uma habitação digna, maiores serão os

XXVII CONFERÊNCIA ANUAL



3 outubro



ASEL

ASSOCIAÇÃO DE SUPERVISORES
DE SEGUROS LUSÓFONOS

Encontro de Lisboa

problemas das acessibilidades e dos transportes, da factura energética, da saúde pública e da qualidade de vida.

Também neste sector dos transportes as preocupações das adaptações às alterações climáticas estão presentes.

Como exemplo, refiro esta tese de mestrado, de 2019, da qual tive o gosto de ser orientador:

Camila Medeiros, Tese de Mestrado, FCSH (2019) - “VULNERABILIDADE DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE EM ÁREAS DE INUNDAÇÃO: uma mudança nos padrões de mobilidade e a busca pela adaptação às alterações climáticas”.

As **Smart Cities** (Cidades Inteligentes), são com certeza bem-vindas. Em boa parte, devido à evolução tecnológica, existem hoje soluções extremamente positivas em diversas áreas, tais como, sem pretender ser exaustivo, na medicina, no teletrabalho, no ensino ou nos transportes.

No entanto, ninguém pode ficar descansado enquanto subsistirem graves situações sociais, tais como a pobreza, a fome, o abandono de pessoas idosas, o emprego precário ou a persistente emigração de jovens em busca de outras condições de vida.

Num período em que parece haver cada vez mais variáveis e menos constantes, a adaptação a novas realidades é obrigatória, seja devido aos desafios das mudanças climáticas e energéticas, ou a outras. Há que saber encontrar as respostas para que os municípios inteligentes e sustentáveis sejam uma realidade. Respostas de curto ou de médio prazo, mas que tenham um rumo coerente. Em paralelo, seria também muito positivo que se investisse mais no envolvimento consciente, informado e responsável, dos cidadãos.

Lisboa, 3 de outubro de 2023

António Carmona Rodrigues